PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Vera Regina Toledo Camargo e Pedro Paulo A. Funari









DIVULGANDO O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

Organização

Pedro Paulo Funari Vera Regina Toledo Camargo



Rio de Janeiro, 2018

EDITORA BONECKER

Editora Bonecker Ltda Rio de Janeiro 1ª Edição Junho de 2018

ISBN: 978-85-93479-76-2
Todos os direitos reservados.
É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem prévia autorização do autor e da Editora Bonecker.

Projeto Gráfico: Celeste M. N. Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Ana Cristina Teixeira Bonecker UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Assed Naked Haddad UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha

UFU - Univ. Federal de Uberlândia

Carlos Alberto Lopes ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (Portugal)

Claudia Costa Bonecker UEM - Univ. Estadual de Maringá

Ilana Zalcberg Renault INCA - Instituto Nacional de Câncer

Isabel Andrade ENSP/UNL - Escola Nacional de Saúde Pública da Univ. Nova de Lisboa (Portugal) Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão UPE - Univ. de Pernambuco

Magali Christe Cammarota UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Manuel José Brandão Sá P.PORTO - Politécnico do Porto (Portugal)

Maria Madalena G. Rosário Carvalho UaB - Univer. Aberta de Lisboa (Portugal)

Nuno Henriques UCP - Univer. Católica do Porto (Portugal)

Sérgio Luiz Costa Bonecker UFRJ - Univ. Federal do Rio de Janeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D618 Divulgando o patrimônio arqueológico [recurso eletrônico] /
Organizadores Pedro Paulo Funari, Vera Regina Toledo
Camargo – Rio de Janeiro (RJ) Bonecker, 2018.
186 p.: 21 x 28 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-93479-76-2

1. Arqueologia. 2. Comunicação. 3. Divulgação científica. 4. Patrimônio arqueológico. I. Funari Pedro Paulo II. Camargo, Vera Regina. III. Título.

CDD 930.1

PROJETO – ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: DIÁLOGOS E SABERES

No ano de 2011, concorremos ao Edital proposto pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, SAB, com patrocínio da Petrobrás, que tinha como objetivo selecionar projetos para a execução do Programa de Apoio à Difusão do Conhecimento Arqueológico. O prêmio consistia na entrega de recursos financeiros às instituições. O projeto encaminhado foi uma proposta, no campo da divulgação cientifica, referente ao conhecimento arqueológico. Basicamente, o projeto consistia na aproximação da Arqueologia Pública, sediada no Laboratório de Arqueologia Pública do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais-LAP/NEPAM/UNICAMP, com a execução do projeto pelo Prof. Dr. Pedro Paulo Funari e pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade LABJOR/NUDECRI/UNICAMP, como Executor substituto do projeto, Dra. Vera Regina Toledo Camargo. O livro que apresentamos é uma das ações previstas no projeto.

Coordenadores do Projeto

Vera Regina Toledo Camargo e Pedro Paulo A. Funari

Pesquisadores

Aline Vieira de Carvalho; Camila Delmondes; Cristiane Delfina; Eliana Ferreira; Gloria Tega; Maria Beatriz Rocha Ferreira; Pedro Paulo Funari; e Vera Regina Toledo Camargo

Créditos das Fotos

Cristiane Delfina; Gloria Tega; e Vera Regina Toledo Camargo

Administrativo

Rosangela da Silva

Sumário

7 PREFÁCIO(S)

Lourdes Domínguez
Jorge Eremites de Oliveira
Ana Carolina de Moura Delfim Maciel
Simone Pallone de Figueiredo
Aline Vieira de Carvalho

ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA Pedro Paulo Funari Vera Regina Toledo Camargo

PARTE I: Os Estudos Históricos e suas pesquisas

- 17 ARQUEOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO: ORIGENS, PROBLEMÁTICAS E TENDÊNCIAS Pedro Paulo Funari Lucio Menezes Ferreira
- 31 OS ESTUDOS DE GÊNERO NA ARQUEOLOGIA Tais Pagoto Bélo
- 43 A IMPORTÂNCIA DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS NO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA PARA A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO BRASIL Michel Justamand Gabriel Frechiani de Oliveira
- 58 PERCURSOS HISTÓRICOS DA ARQUEOLOGIA CLÁSSICA: UMA INTRODUÇÃO Filipe N. Silva

PARTE II: Patrimônio, Cultura e Divulgação

- ARQUEOLOGIA E DIVULGAÇÃO CIENTIFICA: EMPODERAMENTOS E SABERES
 Camila Delmondes
 Eliana Ferreira
 Glória Tega
 Maria Beatriz Rocha Ferreira
 Marina Gomes
 Vera Regina Toledo Camargo
- 82 NUMISMÁTICA, ARQUEOLOGIA E O ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO Cláudio Umpierre Carlan
- 95 ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA: CONTEXTO BRASILEIRO E TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA Fernando Pesce
- 107 PRÁTICAS EDUCACIONAIS NOS MUSEUS DE ARQUEOLOGIA DO BRASIL: DIÁLOGOS COM A ARQUEOLOGIA PÚBLICA E O "FAZER COM"

 Cristiane Eugênia Amarante
- 132 EDUCAÇÃO POPULAR, PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLOGIA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE DIÁLOGOS E PRÁTICAS DE SABERES E FAZERES COMUNITÁRIOS Elizabete Tamanini
- 147 A MULHER ORIGINAL: PRODUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A ARQUEÓLOGA NIÈDE GUIDON. SOBRE O DOCUMENTÁRIO Cristiane Delfina
- ARQUEOLOGIA PÚBLICA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: APRESENTAÇÃO DE CONCEITOS E DE AÇÕES DESENVOLVIDAS NO LABORATÓRIO DE ARQUEOLOGIA PÚBLICA PAULO DUARTE (LAP/NEPAM/UNICAMP)
 Frederic M. C. Pouget
 Victor Henrique Menezes
 Thiago do Amaral Biazotto
 Gabriela Souza Morais
 Patrícia Pompeu
 Ana Lídia Marques Monteiro
 Aline Vieira de Carvalho
- 179 SOBRE OS AUTORES

ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA: CONTEXTO BRASILEIRO E TRAJETÓRIA DA DISCIPLINA

Fernando Pesce

I. A ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA NO BRASIL

Tratar da Arqueologia Pré-colombiana é uma tarefa hercúlea. O termo remete às pesquisas arqueológicas ligadas aos povos originários do continente americano. Sendo assim, incorpora centenas (se não milhares) de povos distintos que habitavam, e cujos descendentes ainda habitam, uma área de mais de 42 mil km², dispersos sobre o território atual de 35 países além de 18 dependências, resquícios do passado colonial e de migrações ainda mais antigas, como o caso da Groenlândia.

No Brasil, as pesquisas sobre o tema estão centradas em duas regiões particulares: a Mesoamérica (área cultural que se estende da Nicarágua, a leste até o estado mexicano de Michoacán, a oeste) e os Andes Centrais. A tradição de pesquisas sistemáticas na academia brasileira acerca desses temas é recente, e remonta à trajetória de jovens pesquisadores que, há pouco menos de vinte anos, buscaram se inserir em um campo já consolidado a nível internacional. Contudo, existe um precedente a essa leva de pesquisadores que merece reconhecimento. O trabalho pioneiro de Franz Joseph Hochleitner (1916-2017), austríaco naturalizado brasileiro, arqueoastrônomo, professor e fundador do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal de Juiz de Fora. Hochleitner foi autor de diversos artigos sobre arqueoastronomia maia e, por muitas vezes, esquecido entre os americanistas brasileiros.

No início da década passada, Funari (2000) ressaltava o número reduzido de arqueólogos no Brasil (cerca de 300) e apenas um único curso a nível de graduação. A formação do profissional da área dá-se de duas formas: a majoritária, em programas de pós-graduação que incluem

a Arqueologia em outras disciplinas como a História, a Antropologia ou outras ciências; e de forma minoritária, em programas de pós-graduação específicos. Ao passo que a expansão das universidades federais, em particular as da região Nordeste, aumentou a oferta de cursos de graduação nos últimos anos, a comunidade de arqueólogos pré-colombianos ainda é muito reduzida em comparação a outras áreas como a Arqueologia Clássica ou Pré-Histórica, e concentra-se no eixo São Paulo-Campinas.

Da nova leva de pesquisadores que concluíram seus doutorados em meados dos anos 2000, todos realizaram parte de suas formações em instituições estrangeiras, em universidades alemãs, inglesas ou mexicanas. Isso demonstra a busca pela internacionalização do campo no Brasil, a criação de laços com acadêmicos estrangeiros e o esforço dos profissionais brasileiros em integrar suas pesquisas a centros de excelência.

Soma-se, a isso, a criação do Centro de Estudos Mesoamericanos e Andinos da Universidade de São Paulo, em 2000, por alunos de pós-graduação em História e Arqueologia da mesma universidade. Este centro estabeleceu-se como local de congregação de pesquisadores brasileiros e estrangeiros; promove, através de seus eventos e grupos de estudo, um canal de diálogo e fomento a pesquisas, sempre de caráter interdisciplinar, com o objetivo de incentivar o crescimento da área no Brasil.

A Arqueologia Pré-colombiana, apesar das particularidades de cada país, acompanhou o desenvolvimento e a criação da ciência arqueológica moderna. A colonização, aliada a atuação de instituições estrangeiras, introduziu muito cedo, nos circuitos internacionais, o interesse pelas antiguidades do continente americano. Como demonstramos a seguir.

II. TRAJETÓRIA DA ARQUEOLOGIA PRÉ-COLOMBIANA

Assim como em outras partes do mundo, existia, entre os povos originários do continente americano, a consciência de culturas predecessoras. A relação dos povos indígenas com as ruínas, e a prática de recuperar objetos, é conhecida a partir de muitos contextos arqueológicos e históricos. Thomas Jefferson, pioneiro da arqueologia na América do Norte e terceiro presidente dos Estados Unidos, menciona a importância dos montículos para os povos nativos da Virginia,

onde realizou escavações em 1784 (Cf. JEFFERSON, 1787 *apud* ATALAY, 2006). Ainda na América do Norte, em sítios iroqueses do século XV e XVI, foram encontradas pontas de projéteis, ferramentas de cobre e cachimbos de pedra que datam de milhares de anos antes. Não se sabe ao certo qual eram os motivos e usos que os Iroqueses faziam desses materiais, mas entende-se que, assim como em outras culturas, esses artefatos eram acreditados como de origem sobrenatural e imbuídos de propriedades mágicas (Cf. TRIGGER, 2004).

Para Trigger (2004), esses usos e reusos de objetos do passado, por grupos tradicionais, não pode ser caracterizado como uma atividade arqueológica, pois diluiria o significado da palavra além de seus limites de utilidade. Contudo, se consideramos a Arqueologia a partir de um espectro mais amplo, como uma prática na qual restos físicos do passado são reinterpretados por sociedades posteriores, transformando o espaço social e físico do presente, como o faz Byron Hamann (2002), estaríamos diante de diversos exemplos de uma arqueologia indígena nas Américas.

Entre os povos da Mesoamérica, objetos de jade olmeca eram muito apreciados por povos posteriores. As pedras verdes eram trabalhadas pelos Olmecas da costa do Golfo do México já em 1000 a.C. Pesquisas arqueológicas apontam seu uso por culturas posteriores, em oferendas na região de Veracruz e entre os Maias dos chamados período Clássico (200 d.C. – 900 d.C.) e Pós-Clássico (900 d.C. – 1521 d.C.). Por sua vez, os astecas realizaram peregrinações cerimoniais ao já abandonado sítio de Teotihuacán em busca de artefatos que depois eram ressignificados a partir de suas próprias crenças, muitos dos quais foram encontrados em oferendas no Templo Maior de Mexico-Tenochtitlán (Cf. UMBERGER, 1987; LÓPES LUJÁN, 1989). Hamann (2002) observa que, na arqueologia asteca, assim como No caso mixteco de Chachoapan, a relação dessas sociedades com as antigas ruínas e artefatos de culturas predecessoras estava associada não só a preceitos religiosos, mas também reforçavam a hierarquia social das elites como mediadoras entre os humanos e deuses dentro dessas cosmologias.

Afora desta prática que poderíamos classificar como arqueologia indígena, com a chegada dos europeus no continente americano, trazendo consigo guerra, epidemias e a sujeição dos povos nativos, o foco da percepção histórica mudou. Entre os séculos XVI e XVII, a principal questão de cronistas e exploradores do Novo Mundo era relativa à origem e à identidade dos indígenas do continente. Diversas crônicas desse período atestam que, para os europeus colonizadores, os povos originários da América seriam descendentes das tribos perdidas de Israel, cartagineses, *vikings* ou oriundos do continente perdido de Atlântida (Cf. WILLEY, SABLOFF,

1993; BERNAL, 1980). Ao passo que muitas dessas especulações têm origem na exegese bíblica e em autores da antiguidade clássica (como Platão e Plínio, o Velho), Trigger (2004) observa que a maioria delas refletia as pretensões dos diversos grupos de colonizadores de explorar os territórios e escravizar os indígenas. Ademais, os dois séculos que seguiram à chegada dos europeus à América trouxeram grande perseguição e destruição de monumentos arqueológicos, manuscritos e símbolos das religiões indígenas com a finalidade de extirpá-los.

Visões caracterizadas como degeneracionistas, que viam as culturas originárias da América como pervertidas ou, de maneira mais naturalística, nas quais o clima do Novo Mundo explicava a inferioridade indígena, qualificam diversas proposições que os europeus e colonos tinham dos indígenas do presente em relação ao passado arqueológico do continente americano entre os séculos XVII e século XIX (Cf. TRIGGER, 2004). Talvez o exemplo mais representativo dessa tendência seja a discussão em torno dos construtores de montículos da região do Mississipi e Ohio nos Estados Unidos. Viajantes, eruditos e a população em geral (branca) não podiam conceber que os povos nativos da América do Norte, ou seus antepassados diretos, fossem capazes de construir tais monumentos. Soma-se, a isso, a intensão de criar um passado heroico, digno da emergente nação estadunidense, que rivalizasse com a antiguidade clássica observada nos países europeus. Como resultado, surgem diversas hipóteses e mitos sobre sua edificação por uma raça ancestral perdida, povos mediterrâneos ou por migrações de toltecas do centro do México (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993).

Willey e Sabloff (1993) sumarizam esse primeiro momento da arqueologia americana (1492 – 1840) como de caráter especulativo e dividido em três fases. A primeira delas ocupa os séculos XVI e XVII, composta pela obra de cronistas, em especial àqueles do mundo hispano-americano. Compreendem as primeiras notícias sobre os povos nativos, suas práticas cotidianas e relatos sobre as ruínas de algumas cidades. Como o mal afamado frade Diego de Landa (1986), responsável pela destruição de inúmeros manuscritos indígenas em Maní, que relatou e produziu desenhos de edifícios de Chichén Itzá em sua *Relación de las cosas de Yucatan* (Relação das coisas de Iucatã, 1560). Uma segunda tendência, que tem início no século XVIII e se fortalece no XIX, são os relatos de viajantes e exploradores estrangeiros nas Américas, em uma abordagem mais próxima das Ciências Naturais, onde grande parte das informações recolhidas sobre as ruínas era um subproduto de suas observações; como a obra do naturalista alemão Alexandre von Humboldt (1810).

Por último, os autores destacam a atuação de alguns personagens chave (e.g. Thomas Jefferson e Caleb Atwater) como os primeiros intentos de se conhecer o passado através da arqueologia, assim como o uso de métodos de escavação com certo rigor estratigráfico, pouco usual nesses tempos. Do mesmo modo, práticas arqueológicas, no sentido moderno do termo, não estavam limitadas ao mundo anglo-americano. Don Carlos de Sigüenza y Góngora, verdadeiro homem renascentista da Nova Espanha, foi o primeiro a realizar investigações arqueológicas em Teotihuacán, por volta de 1675, com a intenção de demonstrar a construção das ruínas pelos antigos habitantes do território (Cf. SCHAVÉLZON, 1983).

Os habitantes do Novo Mundo não estavam alheios às mudanças de mentalidade produzidas pela ilustração europeia, assim como às descobertas arqueológicas do velho continente. O impacto das escavações em Pompeia e Herculano, que a partir de 1738 foram alvo de desenterramentos sistemáticos em busca de estruturas arquitetônicas e objetos valor estético, fez crescer o interesse pela antiguidade clássica na Europa (Cf. GRILLO, FUANARI, 2015). Segundo Leonardo López Luján (2016), apesar dos esforços em manter um controle sobre as informações arqueológicas dos sítios por parte de Carlos III de Espanha, notícias e descrições não autorizadas das ruínas circularam na imprensa de Florença, Paris e Londres. Uma década depois, observa-se na Nova Espanha a publicação de duas cartas apócrifas que relatam as novidades arqueológicas vindas da Europa. Do mesmo modo, algumas cópias dos volumes da *Le Antichità di Ercolano esposte* (As antiguidades de Herculano expostas, 1757-1792) chegaram ao continente americano, aliadas às ordens reais vindas da Espanha para que produzissem descrições de ruínas e coleta de objetos, impulsionaram a produção de diversos reconhecimentos de sítios arqueológicos na América Espanhola.

No Vice-Reino do Peru, os oficiais da marinha espanhola Juan Jorge e Antonio de Ulloa acompanharam a expedição francesa de Charles Marie La Condamine de 1735, para medir o meridiano terrestre, com base em Quito. Ao regressarem na Espanha, ambos publicaram, em 1748, uma relação de sua viagem nos moldes da história natural, onde incluíram descrições de ruínas pré-hispânicas, lâminas com planos de edifícios e objetos encontrados em enterramentos. Antonio de Ulloa seria também um dos fundadores do Real Gabinete de História Natural em 1752 (Cabello Carro, 2012). Influenciado pelas escavações dos sítios sepultados pelo Vesúvio, está o trabalho do bispo Martínez Compañon que, entre 1781 e 1789, publicou os nove volumes da obra *Trujillo del Peru* (Trujillo do Peru), com todo um volume voltado para a descrição de

sítios e artefatos arqueológicos. Martínez Compañon incluiu planos, mapas e representações de enterros e objetos entre as mais de 100 ilustrações que acompanham apenas o volume arqueológico (Cf. PILLSBURY, TREVER, 2008).

Contemporâneo aos intentos descritivos ocorridos no Peru, observa-se, no Vice-Reino da Nova Espanha e na Guatemala, diversos relatos e informes das ruínas de Xochicalco, Tajín e Palenque (Cf. MOCTEZUMA, 2002). Este último sítio foi alvo de sucessivas explorações entre 1784 e 1786, acompanhadas de descrições de edifícios, medições e representações das esculturas em baixo-relevo, além do envio de fragmentos e objetos de Palenque à Espanha. No final do século XVII, impulsionado pelo desejo de "dar algumas luzes a literatura antiquaria, que tanto se fomenta em outros países" e pelo impacto das descobertas de Pompeia e Herculano, Antonio de León y Gama realizou o que é considerado o primeiro estudo científico moderno sobre esculturas astecas, ao buscar interpretar os monólitos de Coatlicue e da Pedra do Sol, recuperados na praça central da Cidade do México em 1790 (Cf. LEÓN Y GAMA, 1792; POHL, LYONS, 2016).

Se, por um lado, o despacho de objetos ao Real Gabinete denota a dependência dos antiquários na maior confiabilidade de pedras e inscrições sobre o registro textual; por outro, a reprodução de edifícios e objetos em imagens, moldes ou mesmo o transporte de fragmentos ou peças inteiras revela a preocupação dos mesmos com a integridade das ruínas diante das ameaças de destruição por forças da natureza, vandalismo e ignorância (Cf. PODGORNY, 2007).

Durante o século XIX a arqueologia pré-colombiana seguiu em voga nos Estados Unidos. O contínuo debate em torno dos construtores de montículos foi fomentado pela atuação de sociedades científicas, a maior institucionalização da disciplina com a criação de museus e o financiamento governamental. A partir da segunda metade deste século até as primeiras duas décadas do século XX, observa-se o crescimento da ciência como um todo e a rápida expansão das universidades. O crescimento do número de publicações nas áreas de Antropologia e Arqueologia, a formação de sociedades profissionais e a fundação de importantes museus como o *Smithsonian Institution* (1846) e o *Peabody Museum* da Universidade de Harvard (1866) (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993).

Novas ideias vindas da Europa também influenciaram a prática arqueológica nas Américas. Os avanços no campo da geologia, com a publicação de *Principles of Geology* (Princípios de Geologia, 1830-1833), do inglês Charles Lyell, assim como a obra de Charles Darwin, *A origem das espécies*, de 1859, colaboraram para o avanço de uma arqueologia científica, centrada em

conceitos de evolução cultural e preocupada com métodos de controle (ainda que relativo) cronológico (Cf. TRIGGER, 2004).

Na América Latina como um todo, este século foi marcado pelas independências e formação dos estados nacionais. Neste contexto, a prática arqueológica dos séculos XIX e início do XX pode ser compreendida dentro de projetos nacionalistas, que voltavam sua atenção para as grandes civilizações do passado (Cf. TRIGGER, 2004). Promoviam a unidade nacional por meio de uma identidade compartilhada que, na maioria das vezes, valia-se do passado indígena (tido como glorioso) em detrimento dos povos nativos do presente, desconectados desse passado e, sob uma visão racista, considerados inferiores e incivilizados. Na Guatemala, observa-se um dos primeiros projetos nacionalistas ligados à arqueologia. Em 1834, o governo federal ordenou a exploração das ruínas de Copán (atual Honduras), Iximché e Utatlán como parte de um programa mais amplo que incluía a criação de um atlas geográfico. Segundo Oswaldo Chinchilla Mazariegos (2012) esses esforços tinham por objetivo prover o estado nascente de profundidade histórica e forma geográfica. Contudo, a atuação de viajantes e exploradores estrangeiros caracteriza a maior parte dos escritos arqueológicos deste século na América Latina.

As viagens de John Lloyd Stephens ([1841] 2008) e Frederick Catherwood pelo México e América Central são um marco nesse período. Amplamente difundidos, os relatos de Stephens serviram como modelo para os viajantes que seguiram, assim como influenciaram a busca por ruínas de grandes civilizações na América (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993). No Peru, destaca-se o trabalho de Mariano Eduardo de Rivero y Ustariz, naturalista que publicou obra de circulação internacional e iniciou o que depois se tornaria o primeiro Museu de História Natural em 1836 (Cf. TANTALEÁN, 2014). Ainda nesse período, leis de proteção ao patrimônio começam a ser editadas pela América Latina, em vista do grande extravio de objetos pré-hispânicos que viriam a formar coleções na Europa e Estados Unidos. Com a maior profissionalização da disciplina nas duas regiões hegemônicas, a arqueologia na América Latina foi não só influenciada, mas também foco de estudo de pesquisadores estrangeiros. Apenas na Guatemala, o *Peabody Museum* realizou doze expedições entre 1887 e 1915, enquanto que o *Carnegie Institution of Washington* efetuou mais de 50 temporadas de escavações entre 1915 e 1958 (Cf. GUITIÉRREZ MENDOZA, 1996).

De modo geral, a arqueologia latino-americana do século XX seguiu as mudanças intelectuais observadas na academia norte-americana. Ao passo que a história intelectual de cada

país apresenta particularidades, nos reservamos a observar as mudanças teóricas desde uma perspectiva mais ampla, porém sem desconsiderar a ativa participação de arqueólogos latino-americanos na construção de teorias e métodos próprios.

O evolucionismo foi sucedido por explicações difusionistas como força motriz das mudanças culturais. A partir da década de 1910, as ideias do antropólogo alemão Franz Boas, que se opunha ao evolucionismo e defendia o relativismo cultural e o particularismo histórico, se popularizaram nos Estados Unidos (Cf. TRIGGER, 2004). A arqueologia histórico-cultural na América foi responsável por organizar o registro material em sequências temporais e espaciais, de modo a documentar a variação cultural que se refletiu na divisão do continente em grandes áreas culturais (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993; POLITIS, 2003; GÁNDARA, 2012).

Boas, junto de Georges Engerrand e Eduard Seler, fez parte da criação da *Escuela Internacional de Arqueología y Etnología* em 1911 no México, que disseminou a arqueologia histórico cultural e novos métodos de escavação com maior controle estratigráfico (Cf. BERNAL, 1980). Enquanto que, no Peru, o primeiro expoente do difusionismo foi o arqueólogo Julio C. Tello, que contava com grande apoio governamental e buscou construir uma identidade nacional não só nos círculos acadêmicos, mas também através da fundação de museus. A atuação de arqueólogos norte-americanos no país viria a fortalecer essa posição teórica na década de 1940 (Cf. TANTALEÁN, 2014). O paradigma histórico cultural continua forte na arqueologia latino-americana ainda hoje, em parte por sua estabilidade epistemológica, mas também por dotar os estudiosos de uma ferramenta descritiva, capaz de organizar e sintetizar o registro arqueológico (Cf. POLITIS, 2003).

Já na década de 1950 a arqueologia na América do Norte começa a apresentar novas tendências, como a crescente valorização da ecologia e dos padrões de assentamento como evidência de um novo interesse pelo processo cultural (Cf. TRIGGER, 2004). Funari (2010) sintetiza a arqueologia processual como:

a apresentação e formulação de princípios relativos a processos culturais, visando à compreensão do comportamento humano em geral, tornou-se, em particular nos estudos da *New Archaeology*, uma proposta arqueológica-antropológica que se opunha à mera tentativa de recuperação do passado (FUNARI, 2010, p.17)

Estudos dedicados a padrões de assentamento foram particularmente importantes na arqueologia pré-colombiana. Já em 1957, Gordon Willey publicou a primeira monografia que tratava do tema no Vale Virú, noroeste do Peru (Cf. WILLEY, SABLOFF, 1993). No México, destacamos dois importantes projetos realizados na década de 1960: o *Teotihuacan Mapping Project* sob a direção de René Millon (1973) e o *Teotihuacan Valley Project*, conduzido por William Sanders (1964), dentro de uma perspectiva da ecologia cultural.

Ainda nos anos de 1960, observa-se o desenvolvimento de um corpo teórico particular denominado "Arqueologia Social Latino-Americana". Inspirado pelo pensamento marxista dos anos 1930, teóricos do continente como José Carlos Mariátegui e, em especial, o trabalho do arqueólogo V. Gordon Childe, que promovia a perspectiva materialista na disciplina arqueológica, em detrimento da associação da arqueologia com o imperialismo, a disciplina militar e um ethos das classes altas. Na América Latina, acadêmicos de língua espanhola como Luis Lumbreras (Peru), Mario Sanoja e Iraida Vargas (Venezuela) e Luis Felipe Bate (Chile) postulavam uma visão da arqueologia dentro dos preceitos do materialismo histórico, bem como o alinhamento da disciplina às preocupações das pessoas comuns e a luta por igualdade social. Em tempos recentes, há um interesse renovado no estudo da Arqueologia Social Latino-Americana e sua história, por seu importante papel em definir uma tradição teórica autônoma no continente (Cf. LUMBRERAS, 1974; FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2009).

Atualmente, o desenvolvimento de paradigmas pós-processuais incorporaram à disciplina a subjetividade de pesquisadores e de indivíduos alvos de observação, do mesmo modo que a discussão crítica desafia a existência de uma arqueologia objetiva e científica (Cf. FUNARI, ZARANKIN, STOVEL, 2009). Com isso, ampliaram-se a natureza das pesquisas desenvolvidas. O estudo simbólico de artefatos, tema comum dentro deste paradigma, já fazia parte do repertório dos arqueólogos dedicados as culturas pré-colombianas, e passaram a incorporar outras perspectivas em suas análises. Tópicos deixados à margem pela arqueologia processual foram retomados com vigor. Entre eles podemos destacar as questões de gênero e poder (Cf. JOYCE, 2000); a construção de identidades (Cf. STOVEL, 2010); ideologia e poder (Cf. DEMARRAIS et al., 1996); a materialidade (Cf. ACUTO, 2010), para citar algumas questões dentre tantas. Isso, sem dúvida, reflete um esforço dos arqueólogos do continente para trazer as questões mais atuais para o campo, bem como a característica internacional e consolidada da temática pré-colombiana no meio acadêmico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Pedro Paulo Funari, Daniela La Chioma Villalva, Filipe Silva e Daniel Grecco Pacheco. A responsabilidade pelas ideias restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUTO, Félix A. The Materiality of Inka Domination: Landscape, Spectacle, Memory, and Ancestors. In. **Global Archaeological Theory**. New York: Springer, 2010.

ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. In. **The American Indian Quarterly**, v. 30, n. 3&4, 2006.

BERNAL, Ignacio. A History of Mexican Archaeology. New York: Thames and Hudson, 1980.

CABELLO CARRO, Paz. La Arquelogía Ilustrada en el Nuevo Mundo. In. **De Pompeya al Nuevo Mundo: la corona española y la arqueología en el siglo XVIII**. Madri: Real Academia de la Historia, 2012.

CHINCHILLA MAZARIEGOS, Oswaldo. Archaeology in Guatemala: Nationalist, Colonialist, Imperialist. In. **The Oxford Handbook of Mesoamerican Archaeology**. London: Oxford University Press, 2012.

DEMARRAIS, Elizabeth; CASTILLO, Luis Jaime; EARLE, Timothy. Ideology, Materialization, and Power Strategies. In. **Current Anthropology**, Chicago, v. 37, n. 1, 1996.

FUNARI, Pedro Paulo A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. In. Revista USP , n. 44, 2000, pp. 74-85
Arqueologia. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010
; ZARANKIN, Andrés; STOVEL, Emily. South American Archaeology. The Oxford Handbook
of Archaeology. London: Oxford University Press, 2009

GRILLO, José Geraldo Costa; FUNARI, Pedro Paulo A. **Arqueologia Clássica: o quotidiano de gregos e romanos**. Curitiba: Editora Prismas, 2015

GUTIERREZ MENDOZA, Edgar S. **Posiciones teoricas en la arqueologia de Guatemala**. Cidade da Guatemala: Univ. de San Carlos de Guatemala, 1996

HAMANN, Byron E. The Social Life of Pre-Sunrise Things: Indigenous Mesoamerican Archaeology. In. **Current Anthropology**. Chicago, v. 43, n. 3, 2002.

HUMBOLDT, Alexander von. **Vues des cordillères, et monumens des peoples indigènes de l'Amérique**. Paris: Chez F. Schoell, 1810.

JOYCE, Rosemary. **Gender and Power in Prehispanic Mesoamerica**. Austin: University of Texas Press, 2000.

LANDA, Diego de. Relacion de las cosas de Yucatan. 13ª ed. México: Editorial Porrua, 1986.

LEON Y GAMA, Antonio de. Descripcion histórica y cronológica de las dos piedras que con ocasion del nuevo empedrado que se está formando en la plaza principal de México, se hallaron en ella en el año de 1790. México: Imprenta de Don Felipe de Zúñiga y Ontiveros, 1792.

LÓPEZ LUJÁN, Leonardo. La recuperación mexica del passado teotihuacano. Cidade do México: Asociación de Amigos del Templo Mayor/ INAH/ García Valadés, 1989.

_____. Alia Herculanea: Pre-Hispanic Sites and Antiquities in Late Bourbon New Spain. In. J. M. Pohl; C. L. Lyons (Ed.) **Altera Roma: Art and Empire from Mérida to Mexico**. Los Angeles: The Cotsen Institute of Archaeology Press, 2016.

LUMBRERAS, Luis G. La Arqueología como ciencia social. Peru: Histar, 1974.

MATOS MOCTEZUMA, Eduardo. La arqueología y la ilustración (1750-1810). In. **Arqueología Mexicana**, v. 9, n. 53, 2002.

MILLON, René. (Ed.). **Urbanization at Teotihuacan, Mexico**. Austin e London: University of Texas Press, 1973.

PILLSBURY, Joanne; TREVER, Lisa. The king, the bishop, and the creation of an American Antiquity. In. Ñawpa Pacha, n. 29, Institute of Andean Studies, 2008.

PODGORNY, Irina. The reliability of the ruins. In. Journal of Spanish Cultural Studies, v. 8, n. 2, 2007.

POHL, John M.; LYONS, Claire L. Introduction. In. J. M. Pohl; C. L. Lyons (Ed.) **Altera Roma: Art and Empire from Mérida to Mexico**. Los Angeles: The Cotsen Institute of Archaeology Press, 2016.

POLITIS, Gustavo G. The Theoretical Landscape and the Methodological Development of Archaeology in latin America. In. **American Antiquity**, v. 68, n. 2, 2003.

SANDERS, William. **The Teotihuacan Valley Project: the final progress report**. Pennsylvania State University, 1964.

SCHÁVELZON, Daniel. La primera excavación arqueológica de América: Teotihuacan em 1675. In. **Anales de Antropología**, México, vol. 20, n. 1, 1983, pp. 121-134.

STEPHENS, John Lloyd. **Incidents of Travel in Central America, Chiapas, and Yucatan**. Vol. I e II. Nova Iorque: Cosimo, 2008.

STOVEL, Emily M. The Archaeology of identity construction: ceramic evidence from Northen Chile. In. **Global Archaeological Theory**. New York: Springer, 2010.

TANTALEÁN, Henry. **Peruvian Archaeology: A Critical History**. Walnut Creek: Leaft Coast Press, 2014.

TRIGGER, Bruce G. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

UMBERGER, Emily. Antiques, Revivals, and References to the past in Aztec Art. In. **RES: Anthropology and Aesthetics**, n. 13, 1987, pp. 62-105.

WILLEY, Gordon R.; SABLOFF, Jeremy A. A History of American Archaeology. 3. Ed. London: Thames and Hudson, 1993.